



## **Ventos de Santo Uriel S.A.**

**Companhia em fase pré-operacional**

CNPJ/MF 14.583.703/0001-02

Inscrição Estadual 20.260.393-8

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

Fazenda Açucena, BR 406, s/ nº, Zona Rural,

João Câmara - RN

CEP 59550-000

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## **2014**

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>4</b>
Balancos Patrimoniais .....	4
Demonstrações de Resultados .....	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	7
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>8</b>
1 Contexto Operacional .....	8
2 Base de Preparação .....	8
3 Principais Políticas Contábeis .....	9
4 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	12
5 Transações com Partes Relacionadas .....	13
6 Imobilizado .....	13
7 Fornecedores .....	13
8 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures .....	13
9 Capital Social .....	14
10 Despesas Operacionais .....	15
11 Resultado Financeiro .....	15
12 Imposto de Renda e Contribuição Social .....	15
13 Instrumentos Financeiros .....	16
14 Provisões para Demandas Judiciais .....	18
15 Seguros .....	18
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>19</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 .....</b>	<b>21</b>

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **AOS ACIONISTAS**

A administração da Ventos de Santo Uriel S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011 - Aneel. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

### **A COMPANHIA**

Constituída em 03.10.2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santo Uriel, constituída de seis Unidades Geradoras de 2,7 MW, totalizando 16,2 MW de capacidade instalada e 9,0 MW médios de garantia física de energia, bem como implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santo Uriel, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 34,5/138 kV, com cerca de doze quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 138 kV da Subestação Coletora João Câmara III, as quais serão compartilhadas com Santa Maria Energias Renováveis e Santa Helena Energias Renováveis. No exercício findo, foram realizados trabalhos no canteiro de obras, sendo: a construção de acessos aos parques e rodovias internas, terraplanagem, obras civis, concretagem das bases dos aerogeradores, execução das redes coletoras internas de média tensão (34,5 KV), subestação elevadora de 34,5/138KV, linha de transmissão 138KV.

### **DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO**

A Companhia, em fase pré-operacional, obteve no exercício, um resultado operacional líquido de R\$ 991. Com intuito de financiar os investimentos, além dos recursos dos acionistas, a Companhia buscou outras fontes de recursos no Mercado de Capitais, onde foram emitidas Notas Promissórias no montante de R\$ 13 milhões, com vencimento em 24.06.2014, as quais foram resgatadas com a emissão de Debêntures de curto prazo, no montante de R\$ 31 milhões, cujo vencimento se dará em 10.06.2015.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 31 de março de 2015

Edson Sardeto  
Diretor Presidente

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Balancos Patrimoniais**

levantados em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.680	16.676
Imposto de renda e contribuição social		73	20
Despesas antecipadas		12	39
		<b>10.765</b>	<b>16.735</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Partes relacionadas	5	129	129
Despesas antecipadas		-	24
		<b>129</b>	<b>153</b>
<b>Imobilizado</b>	6	<b>56.554</b>	<b>14.371</b>
		<b>56.683</b>	<b>14.524</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>67.448</b>	<b>31.259</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	7	19.063	3.697
Obrigações fiscais		20	161
Empréstimos e financiamentos	8	-	13.000
Debêntures	8	32.935	-
Dividendos a pagar	5	235	2
Outras contas a pagar		-	121
		<b>52.253</b>	<b>16.981</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	5	2.758	7.635
Imposto de renda e contribuição social diferidos		161	-
		<b>2.919</b>	<b>7.635</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	9	11.500	6.623
Reserva legal		49	-
Reserva de retenção de lucros		727	20
		<b>12.276</b>	<b>6.643</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>67.448</b>	<b>31.259</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
em milhares de reais

<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	10	(135)	(34)
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(135)</b>	<b>(34)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	11		
Receitas financeiras		1.721	66
Despesas financeiras		(34)	(17)
		<b>1.687</b>	<b>49</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>1.552</b>	<b>15</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	12		
Imposto de renda e contribuição social		(400)	(7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(161)	-
		<b>(561)</b>	<b>(7)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>991</b>	<b>8</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
em milhares de reais

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>991</b>	<b>8</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>991</b>	<b>8</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
**em milhares de reais**

	Capital social	Reservas de lucros			Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>5.086</b>	-	-	<b>14</b>	<b>5.100</b>
Aumento de capital	1.537	-	-	-	1.537
Lucro do exercício	-	-	-	8	8
Destinação proposta à A.G.O.:					
Dividendos	-	-	-	(2)	(2)
Reserva de retenção de lucros	-	-	20	(20)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>6.623</b>	-	<b>20</b>	-	<b>6.643</b>
Aumento de capital	4.877	-	-	-	4.877
Lucro líquido do exercício	-	-	-	991	991
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	49	-	(49)	-
Dividendos	-	-	-	(235)	(235)
Reserva de retenção de lucros	-	-	707	(707)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>11.500</b>	<b>49</b>	<b>727</b>	-	<b>12.276</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
**em milhares de reais**

	31.12.2014	31.12.2013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	991	8
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais</b>		
Imposto de renda e contribuição social	400	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161	-
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>		
Imposto de renda e contribuição social	(53)	(20)
Outros tributos a recuperar	-	10
Despesas antecipadas	51	(63)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	-	3.665
Imposto de renda e contribuição social pagos	(400)	(7)
Outras obrigações fiscais	(141)	161
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	(815)	-
Outras contas a pagar	(121)	121
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>73</b>	<b>3.882</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Créditos concedidos a partes relacionadas	-	(129)
Aquisições de imobilizado	(24.067)	(9.313)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(24.067)</b>	<b>(9.442)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	13.000
Ingressos de debêntures emitidas	31.000	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.635
Aumento de capital	-	1.537
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(13.000)	-
Dividendos pagos	(2)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>17.998</b>	<b>22.172</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(5.996)</b>	<b>16.612</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.676	64
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.680	16.676
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(5.996)</b>	<b>16.612</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Informações adicionais sobre os fluxos de caixa**

**Transações não envolvendo caixa**

Aquisições de imobilizado com acréscimo em fornecedores	15.366	-
Aumento de capital social com adiantamento	4.877	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
**em milhares de reais**

## **1 Contexto Operacional**

A Ventos de Santo Uriel S.A. (Companhia) com sede na Fazenda Açucena, BR 406 s/ nº, João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 03.10.2011, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), adquirida em 1º.08.2013. Tem como objeto social a implantação e a exploração do potencial eólico para fins de geração de energia elétrica. Será constituída de seis Unidades Geradoras de 2,7 MW, totalizando 16,2 MW de capacidade instalada e 9,0 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque eólico, cuja a previsão inicial de entrada em operação comercial era 31.03.2015, porém em virtude de atrasos decorrentes do suprimento e montagem dos aerogeradores a nova previsão de entrada em operação comercial passa a ser 10.04.2015. A Companhia vendeu energia em leilão promovido pela Aneel, na modalidade de energia de reserva, cujas condições contratuais não obrigam a cobertura de lastro, não sendo necessária portanto a compra de energia para cumprimento de contrato.

Em 1º.07.2014, a Companhia firmou Contrato de Energia de Reserva - CER na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar da entrada em operação, ao preço de R\$ 101,19/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

A data de vencimento da autorização da Central Geradora Eólica EOL Ventos de Santo Uriel é 08.04.2047.

## **2 Base de Preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31.03.2015.



## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **2.4.1 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos.

### **2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 13 - Instrumentos financeiros; e
- NEs nºs 3.4 e 6 - Imobilizado.

## **3 Principais Políticas Contábeis**

### **3.1 Mudanças nas políticas contábeis**

Durante o exercício de 2014, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **3.2 Instrumentos financeiros**

#### **Ativos Financeiros**

##### **3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### **Passivos Financeiros**

##### **3.2.2 Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

##### **3.2.3 Baixas de passivos financeiros**

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

### **3.4 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

### **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

### **3.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **3.7 Apuração do resultado**

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

### **3.8 Arrendamentos**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

### **3.9 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

### **3.10 Destinação do lucro líquido**

Conforme disposições legais e estatutárias, do lucro líquido apurado no exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

## Ventos de Santo Uriel S.A.

### Companhia em fase pré-operacional



Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

#### 3.11 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas a seguir. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

#### IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento da receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º.01.2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

## 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos conta movimento	96	25
Aplicações financeiras de liquidez imediata	10.584	16.651
	<b>10.680</b>	<b>16.676</b>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2014	31.12.2013
<b>Entidades sob controle comum</b>		
<b>Ativo não circulante</b> - Santa Helena Energias Renováveis S.A.	129	129
<b>Controladora</b>		
<b>Passivo circulante</b> - Dividendos	235	2
<b>Passivo não circulante</b> - Adiantamento para futuro aumento de capital	2.758	7.635

Os saldos em 31.12.2014 relativos à entidades sob controle comum, decorrem somente de operações entre empresas ligadas ao mesmo grupo econômico e referem-se às operações inerentes ao custos dos projetos em fase de construção.

A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.

A Copel é a interveniente garantidora das debêntures emitidas pela Companhia, conforme NE nº 8.2.

## 6 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Transferências	Saldo em 31.12.2013	Adições	Transferências	Saldo em 31.12.2014
Adiantamento a fornecedores	4.510	5.990	(326)	10.174	18.908	(25.542)	3.540
Obras em andamento	548	3.323	326	4.197	23.275	25.542	53.014
	<b>5.058</b>	<b>9.313</b>	<b>-</b>	<b>14.371</b>	<b>42.183</b>	<b>-</b>	<b>56.554</b>

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços perfazem um montante previsto de R\$ 16.776, em 31.12.2014.

## 7 Fornecedores

Os saldos com fornecedores se referem a compra de materiais e serviços contratados para a construção dos parques eólicos.

## 8 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

### 8.1 Empréstimos e financiamentos

A Companhia emitiu, em 26.12.2013, quatro treze promissórias com valor unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 13.000. Sobre o valor incidiram encargos financeiros: juros e comissão (100% da taxa média do CDI mais 0,90% a.a.). As notas promissórias foram pagas integralmente no vencimento, em 24.06.2014.

## 8.2 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2014
1ª	10.06.2014	1	10.06.2015	100% CDI + Spread 0,90% a.a.	31.000	32.935

**Características:**

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 31.000.

Foram emitidos 3100 títulos com valor unitário de R\$ 10.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

**Encargos financeiros:**

Juros pagos em uma única parcela na data de vencimento.

**Destinação:**

Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

**Garantias:**

Fidejussória.

**Interveniente garantidora:**

Copel.

**Agente fiduciário:**

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

### 8.2.1 Mutação das debêntures

<b>Em 1º.01.2014</b>	-
Ingressos	31.000
Encargos	1.935
<b>Em 31.12.2014</b>	<b>32.935</b>

## 8.3 Cláusulas contratuais restritivas

As debêntures foram emitidas com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; e não realizar, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2014, todas as condições foram plenamente atendidas.

## 9 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2014 monta a R\$ 11.500 (R\$ 6.623, em 31.12.2013) composto por 11.500.000 ações ordinárias pertencentes à Copel.

### 9.1 Proposta de distribuição de dividendos

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>991</b>
Reserva legal (5%)	(49)
<b>Lucro líquido ajustado - base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>942</b>
<b>Dividendos propostos à A.G.O.</b>	<b>235</b>

## 10 Despesas Operacionais

	31.12.2014	31.12.2013
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Serviços de terceiros	(99)	(21)
Seguros	-	(3)
Outros custos e despesas operacionais	(36)	(10)
	<b>(135)</b>	<b>(34)</b>

## 11 Resultado Financeiro

	31.12.2014	31.12.2013
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendas de Aplicações Financeiras	1.721	66
	<b>1.721</b>	<b>66</b>
<b>(-) Despesas Financeiras</b>		
Juros de mora, fiscais e outros	26	12
Imposto sobre Operações Financeiras	6	5
Tarifas bancárias	2	-
	<b>34</b>	<b>17</b>
<b>Líquido</b>	<b>1.687</b>	<b>49</b>

## 12 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2014	31.12.2013
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>		
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	1.246	28
(-) IOF	(6)	(4)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.240</b>	<b>24</b>
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	297	7
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	103	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>400</b>	<b>7</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>		
Receita financeira provisionada	475	-
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%</b>	<b>161</b>	<b>-</b>

## 13 Instrumentos Financeiros

### 13.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2014		31.12.2013	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	10.680	10.680	16.676	16.676
			<b>10.680</b>	<b>10.680</b>	<b>16.676</b>	<b>16.676</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores (a)			19.063	19.063	3.697	3.697
Empréstimos e financiamentos (b)	8.1		-	-	13.000	13.016
Debêntures (c)	8.2		32.935	32.935	-	-
			<b>51.998</b>	<b>51.998</b>	<b>16.697</b>	<b>16.713</b>

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

#### Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Utilizado como premissa básica o custo da captação realizada pela Companhia.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2014, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

### 13.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 13.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre Caixa e equivalentes de caixa considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

#### 13.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.



Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

Conforme divulgado na NE nº 8.3, a Companhia tem debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

### 13.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### **a) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

#### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2014 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores:

**Ativos Financeiros:** projeção de taxa CDI/Selic de 13,02% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 04.01.2016 divulgada pela Bovespa em 30.12.2014;

**Passivos Financeiros:** CDI/Selic de 12,50%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Bacen de 06.02.2015.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2014	Cenários projetados - dez.2015		
			Provável	Adverso	Remoto
<b>Ativos financeiros</b>					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	10.584	1.378	1.034	689
<b>Passivos financeiros</b>					
Debêntures	Alta CDI	(32.935)	(4.117)	(5.146)	(6.175)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2014 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

## **14 Provisões para Demandas Judiciais**

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais.

## **15 Seguros**

A Companhia contratou apólice de seguro garantia de fiel cumprimento no valor de R\$ 3.046 com vencimento em 30.06.2015.

Garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santo Uriel.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores da  
Ventos de Santo Uriel S.A.  
João Câmara - RN

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Uriel S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

## **Ventos de Santo Uriel S.A.**

### **Companhia em fase pré-operacional**



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Uriel S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

### **Ênfase**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia está em fase pré-operacional e dessa forma não está gerando receita decorrente de sua operação. Portanto serão necessários novos aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação dos passivos existentes em 31 de dezembro de 2014 e consequente liquidação de obrigações futuras para complemento das obras.

Curitiba, 31 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador - CRC PR048555/O2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Os membros do Conselho Fiscal da Ventos de Santo Uriel S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Diretoria de Destinação do Resultado referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 31 de março de 2015

**Nilson Scheffler**

**Ana Clara Morrissy Johnsson**

**Artur Felipe Fischer Pessuti**